
CRIAS, MOLEQUES E INFÂNCIAS PRETAS NOVAS: entrevista com o historiador Júlio Cesar Medeiros da Silva Pereira

Isabela Moreira de Araujo Abreu Silveira

Resumo

A entrevista com o historiador Dr. Júlio Cesar Medeiros da Silva Pereira é um dos pontos importantes para a compreensão dos signos e discursos sobre o viver e o morrer criança, já que a partir das práticas mortuárias no Cemitério dos Pretos Novos podem ser compreendidas nomenclaturas e culturas ao se tratar de crianças vivas e mortas no Rio de Janeiro. O pesquisador é pós-doutorando em História no PPGHC/UFRJ, com ênfase em Tráfico Negro e Doenças, doutor em História das Ciências (Fiocruz), mestre em História Social (UFRJ) e graduado em História (UERJ), professor de História Contemporânea com foco na África (UFF), docente no PPGEEn/UFF e no Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN). Atua em temas como escravidão, doenças, tráfico negro, morte e sepultamento, Direitos Humanos, negritude e africanidade. Líder do Núcleo de Estudos SANKOFA e Editor-Chefe da revista do grupo. Pesquisa saúde e adoecimento de populações quilombolas, afrodescendentes e em ambientes religiosos. Membro do Comitê Científico do Cais do Valongo.

Palavras-chave: infância; morte; arqueologia; história.

CRIAS, MOLEQUES AND CHILDHOODS PRETAS NOVAS: interview with historian Júlio Cesar Medeiros da Silva Pereira

Abstract

The interview with historian Dr. Júlio Cesar Medeiros da Silva Pereira is one of the key elements for understanding these signs and discourses on childhood life and death, since from the mortuary practices at the Pretos Novos Cemetery it is possible to understand nomenclatures and cultures when dealing with living and dead children in Rio de Janeiro. Dr. Pereira is a postdoctoral researcher in History at PPGHC/UFRJ, with an emphasis on the Transatlantic Slave Trade and Diseases. He holds a PhD in History of Science (Fiocruz), a Master's degree in Social History (UFRJ), and a Bachelor's degree in History (UERJ). He is a professor of Contemporary History with a focus on Africa (UFF) and teaches in the PPGEEn/UFF and at the Institute for Research and Memory of the New Blacks (IPN). His academic work covers themes such as slavery, diseases, the slave trade, death and burial, human rights, Black identity, and African heritage. He is the leader of the SANKOFA Study Group and Editor-in-Chief of its academic journal. He researches health and illness among quilombola and Afro-descendant populations, as well as in religious contexts. He is also a member of the Scientific Committee of the Valongo Wharf.

Keywords: childhood; death; archaeology; history.

CRIAS, MOLEQUES Y INFANCIAS PRETAS NOVAS: entrevista con historiador Júlio Cesar Medeiros da Silva Pereira

Resumen

La entrevista con el historiador Dr. Júlio Cesar Medeiros da Silva Pereira es uno de los puntos clave para la comprensión de estos signos y discursos sobre el vivir y el morir infantil, ya que a partir de las prácticas mortuorias del Cementerio de Pretos Novos es posible comprender nomenclaturas y culturas al tratar con niños vivos y muertos en Río de Janeiro. El investigador es becario de posdoctorado en Historia en el PPGHC/UFRJ, con énfasis en el Tráfico de Esclavos y Enfermedades. Doctor en Historia de las Ciencias (Fiocruz), Magíster en Historia Social (UFRJ) y Licenciado en Historia (UERJ). Es profesor de Historia Contemporánea con foco en África (UFF) y docente en el PPGEEn/UFF y en el Instituto de Investigación y Memoria Pretos Novos (IPN). Su actuación académica abarca temas como la esclavitud, las enfermedades, el tráfico de esclavos, la muerte y el entierro, los derechos humanos, la negritud y la africanidad. Es líder del Núcleo de Estudios SANKOFA y Editor Jefe de la revista del grupo. Investiga la salud y el proceso de enfermar en poblaciones quilombolas, afrodescendientes y en contextos religiosos. Miembro del Comité Científico del Cais do Valongo.

Palabras clave: infancia; muerte; arqueología; historia.

ENTREVISTA

O título deste dossiê é “Infância e Juventude: temas e metodologias emergentes/insurgentes”. Gostaria de começar esta entrevista com suas reflexões sobre esses temas em relação ao seu campo de atuação.

O tema da infância e juventude é, para mim, um tema fascinante. Acredito que seja uma poderosa porta de entrada para o estudo do mundo dos mais vulneráveis. Acredito que, por isso mesmo, seja importante o desenvolvimento de metodologias que privilegiem um outro olhar analítico a fim de lançar luz sobre esta parcela da vida tão importante.

Como a infância é abordada e trabalhada no campo da história? De que maneira esses pensamentos e enfoques afetam seu trabalho ou pesquisa?

A infância é um tema recente como foco de análise, não apenas da história, mas em outros campos de saber. A própria ideia de infância, como entendemos hoje é bastante nova, ainda no século XVIII ela nem existia, muito menos no campo da História. No entanto, graças a trabalhos como os de Philippe Ariès, sobretudo o seu trabalho seminal *História Social da Criança e da Família*, começou-se a reconhecer a infância como uma construção social e histórica e, portanto, passível de uma análise mais acurada. A criança passou a ser vista não apenas como um ser em formação, mas como sujeito histórico, inserido nas dinâmicas de poder, cultura e memória.

Este alargamento de análise permitiu novas pesquisas que viriam a lançar luz sobre esta fase da vida tão importante, mas tão relegada a segundo plano. A partir de então, as sociedades puderam ser estudadas pela forma como tratavam os infantes e cuidavam das crianças, como um aspecto nuclear importante da composição das famílias.

No meu caso, a infância também não se constituiu em uma preocupação primeira. O estudo que desenvolvi sobre o Cemitério dos Pretos Novos era focado em uma observação mais densa da quantidade de escravizados que foram arrancados de África e trazidos para o Brasil, na metade do século XIX, mas que morriam antes de serem vendidos no Valongo e, por isto, seus corpos eram descartados neste infame campo santo. Contudo, ao retomar esta temática, tenho procurado centrar a minha análise na observação de crianças e adolescentes que foram vítimas do tráfico negreiro e procurado entender a composição de crianças e adolescentes dentro do “grosso” do tráfico.

Percebi que as crianças eram um sujeito histórico negligenciado que precisa ser observado com mais cuidado, afinal, elas sempre estiveram ali, as fontes sempre as descreveram, nós é que não sabíamos lê-las, ou melhor, fazermos as perguntas pertinentes em relação à infância escravizada. Por exemplo, ao estudarmos a história da infância no Rio de Janeiro do século XIX, especialmente no contexto do Valongo, é impossível ignorar o papel central que as crianças desempenharam dentro do mercado. A infância, nesse cenário, não era um espaço de proteção ou formação, mas uma mercadoria humana.

Um dos relatos mais chocantes é o do viajante C. Brand, citado por Mary Karasch. Ele descreve ter entrado em uma loja de “carne humana” — como eram chamados os depósitos de escravizados — onde cerca de *trezentas crianças* estavam confinadas. Meninos de um lado, meninas de outro, agachados em silêncio, vestindo apenas um avental xadrez. O mais velho teria, talvez, treze anos, o mais novo, não mais que seis. A cena era marcada pelo calor sufocante e pelo cheiro repugnante, mas ainda mais perturbadora era a naturalização da violência com as crianças como parte de um processo comercial.

Essas crianças estavam expostas à inspeção como objetos, avaliadas, negociadas, separadas e vendidas. Comerciantes, estrangeiros e escravizados circulavam por esse mesmo espaço e, para muitos, esse era o primeiro contato com o território brasileiro: um batismo pelo sofrimento, pela ruptura e pela dor. Essa descrição reforça o quanto a infância escravizada foi marcada pelo apagamento e pela mercantilização dos afetos. Nos arquivos históricos são muitas vezes invisíveis; nos relatos dos viajantes, aparecem como “aspectos curiosos da escravidão” e nas estatísticas, apenas como números. Contudo, quando recuperamos suas histórias, mesmo que fragmentadas, podemos perceber como viveram e, sobretudo, como morreram. Isto é emblemático sobre o papel social que desempenharam.

Esse tipo de documentação impacta diretamente a minha pesquisa porque, se houve um tempo em que se permitiu que crianças fossem tratadas como mercadoria, hoje temos um compromisso moral de garantir que todas as infâncias sejam tratadas com cuidado e respeito, sobretudo as mais vulneráveis. A história, nesse sentido, torna-se não apenas um instrumento de análise, mas de luta.

Na sua área de pesquisa e trabalho no campo dos cemitérios, quais são os nomes e conceitos utilizados para tratar das crianças?

O nome mais comum usado no século XIX era o de “anjinho”, mas, paradoxalmente, em se tratando de escravizado, era “cria”. Tais nomes são emblemáticos sobre como a nossa sociedade hierarquizou e diferenciou a morte das pessoas de acordo com a situação jurídica que eles ocupavam. As crianças brancas eram vistas como “inocentes”, sem pecados e, por isso, vistas como

“anjos”; e as crianças escravizadas eram animalizadas e, como tais, eram chamadas de “cria”; como animais, não tinham céu, nem salvação.

Como a percepção social da morte infantil evoluiu ao longo do tempo no contexto do Rio de Janeiro? Quais desafios existem ao estudar os enterros infantis no campo da história?

A percepção social da morte, no Rio de Janeiro, passou por transformações profundas, aliás, não apenas no Rio de Janeiro, mas globalmente, ao longo dos tempos. No Brasil Colônia, a expectativa de vida era baixa e a mortalidade infantil era altíssima. Devido à falta de medidas profiláticas e tratamentos mais eficazes, muitas crianças morriam antes de sete dias de vida.

Estas perdas eram ritualizadas dentro da igreja católica que cuidava do sepultamento deles, como dissemos anteriormente, como a vontade divina, uma ida direta aos céus por vontade de Deus. Assim, no Rio de Janeiro do século XIX, os sepultamentos infantis revelavam profundas distinções sociais. Em famílias abastadas, a morte de uma criança era envolta em rituais repletos de símbolos e significados. Crianças falecidas eram, muitas vezes, adornadas com vestes elaboradas e joias, representando não apenas o luto, mas também o *status* social da família. Esses funerais tornavam-se verdadeiros eventos sociais e, em certos casos, até performativos.

Registros como o do viajante francês Arago revelam que, ao visitar uma dessas famílias enlutadas, foi convidado não apenas a observar, mas a participar do ritual segurando uma vela durante a cerimônia. A presença de um estrangeiro em um momento tão íntimo era vista quase como um prestígio, reforçando o papel simbólico da cerimônia como representação de posição social. Situação semelhante ocorreu com John Luccock, que esteve no Brasil no início do século XIX. Ele não apenas acompanhou um cortejo fúnebre infantil, como também foi incumbido de carregar o próprio caixão da criança falecida. Esses relatos demonstram que, para algumas camadas sociais, a morte infantil era não apenas um evento familiar, mas também uma manifestação pública de luto e posição.

Contudo, com o avanço da medicina, da ciência e das políticas públicas de saúde, especialmente a partir do século XIX, a morte infantil foi se tornando cada vez menos aceitável socialmente e, em muitos casos, evitável. O cuidado, a higiene, e a crescente autoridade médica interferiram nas formas de morrer e no cuidado das gestantes. Tal alteração também alterou a forma com a que as famílias passaram a compreender a morte e a perda dos pequenos. Na medida em que crianças “vingavam” mais, os seus pais criavam maior expectativa em relação ao futuro e, assim, as crianças passaram a ser integradas de forma mais contundente no seio familiar. A morte deixou o âmbito familiar e passou a ser um problema de saúde pública.

Porém, estas alterações não ocorreram de forma homogênea, pois elas foram sentidas e absorvidas de diferentes formas, de acordo com classes sociais e econômicas, sobretudo no Rio de Janeiro. Crianças brancas das elites recebiam enterros cerimoniosos, com registros detalhados e memória preservada. Crianças negras e pobres, especialmente aquelas escravizadas, muitas vezes, eram sepultadas de forma desumanizada. Assim, para as crianças escravizadas ou pobres, os enterros eram marcados pelo silêncio, pela ausência de registros, pelo apagamento. O contraste entre os rituais dos abastados e o desaparecimento simbólico dos subalternizados revela muito sobre a estrutura de poder e desigualdade da época.

Embora o cemitério dos Pretos Novos tenha deixado de existir na primeira metade do século XIX, é de se supor que os enterros de escravizados, sobretudo na Santa Casa, tenham seguido o mesmo padrão de abandono e subnotificação – como no caso do Cemitério dos Pretos Novos. O desafio de se estudar esses enterros é, portanto, enfrentar um duplo apagamento: o da

infância e o da negritude. Não é necessariamente a minha área, mas lidei de certa forma com os desafios destes apagamentos sociais. O panorama que nós, historiadores, temos é o de registros rarefeitos, imprecisos e, muitas vezes, silenciadores. Portanto, este olhar precisa ser mais acurado para ler nas entrelinhas da história as frestas pelas quais podemos ver os pequeninos e pequeninas.

Quais foram os maiores desafios e questionamentos com relação aos achados históricos e arqueológicos no Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos?

Um dos maiores desafios enfrentados com relação aos achados históricos e arqueológicos no Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN) foi – e ainda é – dar nome, rosto e dignidade a vidas que, historicamente, foram tratadas como descartáveis. Quando os restos humanos foram encontrados em 1996, durante uma obra em uma casa na rua Pedro Ernesto, casa de Mercedes e Petrúcio, no bairro Gamboa, o que emergiu da terra não foi apenas ossos, mas uma memória soterrada por séculos de silenciamento institucional e social.

Ao analisarmos os registros do livro de óbitos da Freguesia de Santa Rita, nossa fonte primária, entre dezembro de 1824 e dezembro de 1825, constatamos que 1.126 pessoas escravizadas foram sepultadas naquele campo santo, sendo a esmagadora maioria composta por homens adultos, os chamados *pretos novos*, recém-chegados da travessia. No entanto, os dados também revelavam a presença significativa de crianças. Foram sepultados 57 meninos entre 08 e 15 anos, chamados *moleques novos*, e 33 meninas da mesma faixa etária, *moleguas novas*, totalizando 90 jovens – o que equivale a cerca de 8% do total de sepultamentos daquele período. Além deles, registramos ainda 35 *crias*, crianças com idade entre 0 e 04 anos, o que corresponde a 3% do total.

Contudo, a análise dos registros de óbito do último ano de funcionamento do Cemitério dos Pretos Novos, entre 1829 e 1830, nos oferece um dado que, à primeira vista, poderia parecer contraditório: apenas oito crianças foram sepultadas neste período, sendo dois meninos (0,38%), três meninas (0,44%) e três *crias* (0,44%). A queda acentuada no número de sepultamentos infantis, em comparação com os anos anteriores, quando se registravam dezenas de crianças, exige uma interpretação cautelosa. Mais do que indicar uma suposta redução na mortalidade infantil – hipótese improvável diante da persistência das condições precárias de saúde, alimentação e assistência aos cativos recém-chegados –, esses apenas revelam a diminuição do tráfico negreiro às vistas da *Lei para inglês de ver*, de 1831.

Portanto, a diminuição numérica não significava ausência, mas, sim, a continuidade de um processo de silenciamento. O que os dados de 1829 e 1830 revelam não é o fim da dor infantil, mas o agravamento da sua invisibilidade histórica. Esses números revelam, com frieza estatística e dor histórica, que a infância negra escravizada não escapava da engrenagem da morte. A violência da travessia, o abandono, as doenças e a fome ceifavam vidas ainda em formação. A escravidão não poupava os pequenos. E, mais cruel ainda, a sociedade da época também não os reconhecia como sujeitos plenos de dignidade. No Cemitério dos Pretos Novos, a criança negra escravizada morria sem nome, sem funeral, sem lápide.

Esses dados impactam diretamente minha pesquisa e meu compromisso com a memória. Não basta contabilizar ossadas: é preciso devolver a esses números o seu valor humano. Cada *cria* ali sepultada representa um universo afetivo interrompido, um futuro arrancado. Estudar essas crianças é um ato de resistência contra o esquecimento, uma forma de transformar o luto em luta e a ausência em presença histórica.

A arqueologia, nesse sentido, tem sido uma aliada fundamental da história. No caso do Cemitério dos Pretos Novos, embora o volume de escavação tenha sido limitado, os achados foram profundamente reveladores. Na época das escavações iniciais, foram realizados trabalhos de salvamento que identificaram restos de 28 indivíduos. A análise osteológica revelou um padrão compatível com aquilo que os registros históricos já apontavam: a maioria dos ossos pertencia a jovens do sexo masculino, com idade entre 18 e 25 anos. Sim, o que as fontes históricas, a saber, o livro de óbitos da freguesia de Santa Rita, de 1824 a 1830, chamavam de homens (pretos novos), eram, na verdade, jovens.

Também foram identificados restos mortais de adolescentes entre 12 e 18 anos, e o mais significativo, crianças entre 03 e 10 anos. Embora se trate de uma amostra pequena, ela é suficiente para confirmar a presença da infância entre os sepultados do cemitério, validando aquilo que os dados paroquiais e os relatos históricos já sugeriam. Ou seja, a presença de crianças negras escravizadas no circuito da morte urbana do Rio de Janeiro não é uma hipótese, é uma realidade comprovada, tanto no papel quanto na terra.

Esses achados arqueológicos, ainda que escassos diante da grandiosidade da tragédia, são como vozes subterrâneas que ecoam aquilo que a história escrita, muitas vezes, tentou calar: a infância negra também foi vítima da engrenagem do tráfico e da escravidão. A ciência dos ossos, nesse caso, não contradiz os arquivos, ela os ilumina.

De que maneiras são compreendidas as infâncias e crianças encontradas nas pesquisas pretas novas? Como os termos e as nomenclaturas afetam atualmente a visão popular sobre as infâncias cariocas?

As infâncias encontradas nas pesquisas sobre o Cemitério dos Pretos Novos são infâncias interrompidas – vidas que mal começaram e já foram atravessadas pela dor, pela violência e pelo apagamento. Na documentação em análise, as crianças aparecem muitas vezes sob termos genéricos e desumanizantes: *crias*, *moleques novos*, *molequas novas*. São palavras que, mais do que nomear, reduzem, padronizam e, sobretudo, despersonalizam.

Esses termos carregam a frieza burocrática de um sistema escravista que tratava seres humanos como propriedade. Quando dizemos, por exemplo, que uma *cria* foi sepultada, falamos de uma criança entre 0 e 04 anos de idade, muitas vezes ainda no colo da mãe – como o caso registrado em 1827 de uma filha de uma escrava chamada Thereza, cujo nome sequer foi registrado. Sabemos apenas que era sua filha e que morreu. Essa ausência de nome, de idade, de qualquer sinal de afeto no registro revela o abismo da dor anônima enfrentado por tantas mães escravizadas.

Como foi o caso de uma criança que, em 18 de dezembro de 1824, foi trazida em um bergantim, oriundo do porto de Benguela, no continente africano. Ela não suportou os maus tratos da viagem e o acondicionamento no interior do fétido tumbeiro e, após falecer no mercado do Valongo, foi sepultada sob a inscrição de *uma moleca novinha*. Outro pequenino trouxe em sua anotação fúnebre a descrição mais longa, mas talvez mais dolorosa, de uma *cria de peito* – era assim que se chamavam as crianças de até dois anos. A morte, definitivamente, não é democrática, pelo menos não o fora no Cemitério dos Pretos Novos, pois dentre os milhares de africanos escravizados traficados para o Brasil, crianças e mulheres grávidas eram as mais tragadas e, costumeiramente, o que matava a mãe, levava também a filha.

O relato a seguir ajuda-nos a dimensionar esta situação: em 1828, *mãe e filha*, vindas de Luanda, não suportaram as agruras da escravidão e, vindo a óbito, também tiveram seus corpos

lançados no Cemitério dos Pretos Novos.¹ Outras milhares de crianças, das quais também não saberemos o nome, jazem neste solo como testemunhas de um passado não muito distante em que pessoas vendiam e compravam seres humanos, indiferentemente do sexo e da idade, e descartavam os seus corpos inertes em um espaço apertado, cada vez mais amontoados, para apodrecer e cheirar mal.

Para mim, história não é passado e sim presente e, portanto, o impacto disso hoje é profundo. A forma como esses termos e registros chegaram até nós, marcados pela desumanização, ainda contamina a forma como o Brasil lida com as infâncias negras e periféricas, especialmente nas favelas e nos subúrbios cariocas. Quando uma criança negra é morta em operações policiais, muitas vezes, não é tratada como *criança*, mas como *menor*, *suspeito*, *alvo* e agora até mesmo *cria*. A linguagem continua a ser uma arma de desumanização. Portanto, compreender essas infâncias no contexto do Cemitério dos Pretos Novos é mais do que um exercício de arqueologia histórica, é um chamado à justiça da memória e à reparação simbólica. Nomear é um ato político. Contar essas histórias, escavar esses corpos, escrever sobre essas mães e filhos é um modo de afirmar que eles existiram, que foram amados, que choraram, que brincaram, que foram arrancados e que precisam ser lembrados com dignidade.

Recentemente a escola de samba Estação Primeira de Mangueira, no Rio de Janeiro, utilizou como inspiração seu trabalho de investigação como tema para iluminar o samba enredo “À Flor da Terra – No Rio da Negritude Entre Dores e Paixões”. Como você compreende a relação entre os saberes científicos e os saberes populares no contexto da história e da infância?

A homenagem da Estação Primeira de Mangueira com o enredo “*À Flor da Terra – No Rio da Negritude Entre Dores e Paixões*” foi, para mim, mais do que um reconhecimento: foi uma consagração simbólica do encontro entre o saber científico e o saber popular, entre o arquivo e o batuque, entre o documento e a memória vivida.

Durante anos, trabalhei nos arquivos da Cúria Metropolitana, nos livros de óbito da Freguesia de Santa Rita, nos registros esquecidos dos Pretos Novos. O trabalho era minucioso, metódico, por vezes árido. Mas eu sabia que ali, entre ossadas calcinadas e nomes apagados, havia histórias que precisavam florescer, histórias de mães, de filhos, de crianças negras que foram negadas pela história oficial, mas que resistem como raiz subterrânea.

A Mangueira, ao levar esse tema para a avenida, transformou ciência em canto, pesquisa em poesia, dado em emoção coletiva. E isso é fundamental. Porque o saber acadêmico, por mais rigoroso que seja, não pode permanecer fechado entre as paredes da universidade. Ele precisa dialogar com o povo que é sujeito da história que estudamos. Precisa ir ao encontro da roda de samba, da fé da mãe de santo, do ensaio no barracão, do tambor que ressoa memória.

No caso específico da infância, esse diálogo é ainda mais potente. A escola de samba não apenas exaltou os Pretos Novos como *sementes de um tempo maior*, mas também trouxe à tona a dor das infâncias escravizadas, roubadas e silenciadas. E ao fazer isso, diante de milhões de pessoas, ela ensinou história com afeto, com beleza e com verdade.

A relação entre os saberes, portanto, não deve ser hierárquica, mas sim horizontal e complementar. O saber científico dá ferramentas, interpretações, provas. O saber popular dá vida,

¹ ACMRJ – Livro de Óbitos da freguesia de Santa Rita, 1824- 1830.

voz e permanência. Quando se encontram, nasce algo poderoso: um conhecimento que transforma e que cura. E é isso que vi acontecer quando o meu trabalho se fez samba, se fez Mangueira, se fez flor da terra.

Não há dúvida de que nossos temas de pesquisa nos afetam e nos constituem. No decorrer de sua trajetória acadêmica, o que você tem aprendido com os temas que pesquisa?

Tenho aprendido que a pesquisa não é apenas sobre o passado – é sobre nós, pois história é presente, é hoje, é agora. Ao longo da minha trajetória, investigando o Cemitério dos Pretos Novos, mergulhado nos livros de óbitos, nas ossadas calcinadas, nos nomes apagados, percebi fortemente que eu estava mais falando de mim do que deles. Algo assim me transformou: Pretos Novos somos nós. Somos todos herdeiros desta história: alguns carregam os traumas no corpo, outros na alma, mas todos na história. Os Pretos Novos não ficaram na terra, eles continuam vivos nas crias das favelas, nas crianças negras esquecidas pelo Estado, silenciadas pela violência, desassistidas nas escolas, nos postos de saúde, nos becos e vielas que o poder público insiste em não enxergar.

Existem milhares de *crias*, hoje, vivendo a mesma lógica de invisibilização que encontrei nos registros do século XIX. Crianças sem nome nos arquivos, agora sem voz nas estatísticas. Crianças retiradas do colo de suas mães ontem, hoje são arrancadas da escola, da infância, da vida – pelo racismo estrutural, pelo genocídio da juventude negra, pela precariedade que se repete como um ciclo perverso. Portanto, é preciso mais do que estudar o passado – é preciso agir no presente.

A história me ensinou que a memória é um campo de disputa, e que lembrar é resistir. Cada documento resgatado, cada ossada identificada, cada nome reconstituído é um grito contra o esquecimento e um chamado à responsabilidade. Tenho aprendido que pesquisar é também cuidar dos mortos para proteger os vivos. E é saber que só seremos livres de verdade quando cada moleque novo, ou moleca nova, deste país poderem crescer com dignidade, nome, afeto e futuro.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. *História social da infância e da família*. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.
- PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. As duas evidências: as implicações acerca da redescoberta do cemitério dos Pretos Novos. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n. 8, 2014.
- PEREIRA, Júlio César Pereira da Silva. *À flor da terra*. O cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Gramond, 2014.

Submetido em 08 maio de 2025
Aprovado em 03 junho de 2025

Informações da autora:

Nome: Isabela Moreira de Araujo Abreu Silveira
Afiliação institucional: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
E-mail: Isabela.maas@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2229-3292>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2196225116934258>